

Garimpeiro pede lei para proteger 600 mil

CPI da Mineração ouviu denúncias de irregularidades e um apelo em favor do aperfeiçoamento da legislação que disciplina a atividade garimpeira

NESTA EDIÇÃO

Patrocínio defende hidrovía

Página 4

Campelo pede mobilização por emprego

Página 3

Campos quer conselho para a poupança

Página 4

Serra vem explicar cortes no Orçamento

Página 2

Foto: Marcia Kuhlme



Ramez e Jucá ouvem líder dos garimpeiros na CPI da Mineração

Tuma quer novo papel para a inteligência

A atividade de inteligência deve enquadrar-se na lei, o que lhe dá legitimidade e ao mesmo tempo garantias aos cidadãos. Esse foi um dos pontos discutidos durante as "Jornadas Internacionais sobre o Controle e Fiscalização Parlamentar dos Órgãos e Atividades de Segurança Interna e de Inteligência", realizadas em Buenos Aires, onde o Parlamento bra-

sileiro foi representado pelo senador Romeu Tuma (PL-SP), a convite do Senado argentino.

O senador fez, em plenário, um relato das discussões do encontro, destacando sua importância no momento em que o governo brasileiro começa a pensar novamente na criação de um órgão voltado para as ações de inteligência civil - a Agência Brasileira de Inteligência.



Romeu Tuma

O presidente da Federação Nacional dos Garimpeiros (Fenag), José Alves da Silva, afirmou sexta-feira perante a CPI da Mineração que, por falha da legislação mineral do país, 600 mil garimpeiros vivem clandestinamente nas 2.700 frentes de garimpagem existentes no Brasil. Ele apelou aos senadores no sentido de que a comissão faça alguma coisa objetivando o reconhecimento da categoria.

A comunidade garimpeira do país está na ilegalidade, segundo o sindicalista, porque a lei (7.805) atualmente em vigor impede o exercício da atividade. A situação dos garimpeiros está cada vez mais complicada, disse, porque algumas prefeituras estariam cobrando uma taxa, que cada um é obrigado a pagar com 10 gramas do ouro recolhido semanalmente. As prefeituras não fornecem recibo, o que José Alves qualificou de "propina" à qual o garimpeiro se submete para não morrer de fome.

Na avaliação do presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), as informações prestadas pelo dirigente da Fenag foram importantes para a comissão: "Esse foi o primeiro depoimento prestado por um representante da sociedade, e o presidente da Federação Nacional dos Garimpeiros foi taxativo quando afirmou que algumas prefeituras cobram uma taxa ilegal para que o garimpeiro possa exercer a sua atividade".

A SEMANA

Serra vem explicar cortes no Orçamento

O ministro do Planejamento, José Serra, comparece ao Plenário do Senado, nesta quinta-feira para explicar as razões para os cortes no orçamento deste ano. Este é um dos principais assuntos da pauta desta semana, que possui 21 itens.

Entre os projetos que serão examinados, na segunda-feira, há o de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso, que disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. Devem ser apreciados dois pareceres da Comissão de Constituição e Justiça: um favorável às emendas ao projeto e outro contrário.

O Plenário também examinará no mesmo dia matérias trabalhistas, como a revogação de artigos da CLT que tratam da organização sindical e o

projeto de lei da Câmara número 93, que dispõe sobre o direito de empregados que gozam de alguma forma de estabilidade definida legalmente.

Na terça-feira, o Plenário deve votar vários acordos internacionais, como o de Sanidade Vegetal para disciplinar o intercâmbio de produtos e proteger as regiões de fronteira entre o Brasil e a Colômbia.

Também estão na pauta o substitutivo que modifica o Código de Processo Civil e o requerimento do senador Carlos Wilson que institui uma comissão temporária para levantar, no prazo de 90 dias, a situação das obras inacabadas que estão sendo custeadas com recursos da União.

As comissões também têm reuniões previstas na terça-fei-

ra. A de Educação, por exemplo, deve examinar o projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados brasileiros que fazem limite com os países do Mercosul. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Mineração irá ouvir, às 17h, o depoimento do presidente da Associação Nacional do Ouro e Cmbio, Natan Blanche.

Na quinta-feira, o ministro da Marinha, almirante Mauro César Rodrigues Pereira, fará uma exposição, às 10h na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o programa nuclear que vem sendo desenvolvido no âmbito do seu ministério. Na sexta-feira, o Plenário vai examinar projeto de lei da Câmara que concede adicional de periculosidade aos carteiros.



José Ignácio pede critério para imposto

Tabela emitida pelo Inbra com os valores do VTN (Valor da Terra Nua) a serem pagos pelos municípios do Espírito Santo apresenta discrepâncias que indicam falta de critério, segundo o senador José Ignácio (PSDB-ES). Após analisar pleito que lhe foi enviado pela Federação da Agricultura do Espírito Santo, o senador solidarizou-se com os produtores rurais e apoiou pedido de correção da tabela encaminhado por eles à Receita Federal.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta (entre outras matérias):

- Requerimento nº 639/95 - tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4 e 20/95, que dispõem sobre medidas provisórias. (Em votação)
- Requerimento nº 642/95, solicitando que o PLS nº 81/95 seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos. (Em votação)
- PLC nº 58/94 - revoga arts. do Título V da CLT. (Em discussão)
- PLC nº 93/94 - dispõe sobre direito de empregados que gozam de alguma forma de estabilidade definida em lei. (Em discussão)
- PLC nº 14/95 - dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento de radiocomunicação em locomotivas. (Em discussão)
- PLS nº 328/91 - disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. (Em discussão)
- PLS nº 83/93, que altera o art. 48 da Lei nº 4.504/64, para permitir a redução do imposto sobre terras arrendadas. (Em discussão)

18h30 - Sessão Extraordinária Especial destinada a comemorar o 50º aniversário da Vitória Aliada na Segunda Guerra Mundial.

COMISSÕES

Terça-feira - 09.05.95

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão, entre as quais se destacam: Emendas de 1 a 4 da Câmara dos Deputados oferecidas ao PLS nº 112/88 (não terminativo), que concede

incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos, nas condições que especifica; e PLS nº 116/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de créditos subsidiados às empresas que estão sendo privatizadas ou a seus controladores. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Matérias de competência da comissão, entre as quais se destacam o PLC nº 4/95 (não terminativo) que dispõe sobre o arquivamento de cópias de filmes cinematográficos, e o PLS nº 38/95 (terminativo), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 967/95. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h30 Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 988/95. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quinta-feira - 11.05.95

11h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do almirante-de-esquadra, Mauro César Rodrigues Pereira, ministro da Marinha, sobre o programa nuclear desenvolvido no âmbito do seu ministério.

17h - Comissão Especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial destinada a examinar o PLC nº 118/84, que institui o Código Civil. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.



Nabor Júnior

Sem plano de desenvolvimento, Acre é prejudicado

O estado do Acre não tem um plano de desenvolvimento e, por isso, o Tesouro Nacional não vem mais repassando dinheiro do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. A crítica foi feita em plenário pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que apontou o governo estadual como "atabalhado" e "confuso", único responsável pela situação.

Nabor Júnior discorreu sobre uma reunião, realizada recentemente no gabinete da senadora Marina Silva (PT-AC), com diretores do Banco da Amazônia. Nesse encontro, os diretores decidiram enviar ao Acre três técnicos para avaliar a situação. O relatório já foi concluído e, entre outras coisas, indica a necessidade de a administração estadual fazer um plano de desenvolvimento, caminho para que volte a ser repassado o dinheiro do Fundo do Norte.

Em aparte, o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) pediu ao governo acreano que tome as providências imediatas, pois as consequências recaem sobre as populações, principalmente as mais pobres. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou que há necessidade de desburocratizar a liberação dos repasses dos fundos constitucionais. Por sua vez, a senadora Marluce Pinto (PTB-RR) criticou o excesso de burocracia em todos os setores ligados a governo.

Campelo pede um programa nacional para gerar empregos

Primeiro passo inclui modernização das empresas e reconhecimento das atividades produtivas informais, garante o senador

Uma mobilização em todo o país para desenvolver um programa nacional de emprego foi defendida, em plenário, pelo senador Valmir Campelo (DF), líder do PTB. Esse esforço, segundo ele, seria empreendido em todas as instâncias setoriais e regionais, com a participação do governo e da iniciativa privada.

Argumenta o senador brasileiro que um terço da população brasileira, equivalente a toda a população da Argenti-



Valmir Campelo

na, se defronta diariamente com o problema da fome. Observou que para se enfrentar esse problema torna-se necessária, conforme recomendação da Organização Internacional do Trabalho, a definição e execução de uma política de pleno emprego.

O programa nacional de emprego proposto por Valmir Campelo fundamenta-se em aspectos como a ativação e dinamização da capacidade ins-

talada em todos os níveis dos setores de governo e da sociedade; terceirização da produção de bens e serviços; eliminação dos entraves de natureza burocrática, fiscal ou de infra-estrutura existentes e que pesam sobre as atividades produtivas; e desoneração do fator trabalho em referência a encargos financeiros.

Também integram o programa ações de estímulo à criatividade e às iniciativas empresariais, de modo especial no que se relaciona com a micro, a pequena e a média empresas, bem como cadastramento e reconhecimento das atividades informais produtivas.

Ademir defende obras na Transamazônica

O asfaltamento das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém é uma das grandes reivindicações dos produtores rurais do Pará, segundo afirmação do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que relata em plenário os esforços que vem empreendendo junto a autoridades, no sentido do atendimento desse pleito.

Ele registrou, a propósito, a visita que o diretor-geral do DNER, Tarcísio Delgado, fará

no próximo dia 16 a Altamira (PA), onde irá discutir, com cerca de 30 prefeitos da região, a realização de obras nas duas rodovias.

Segundo Ademir Andrade, a pavimentação dessas estradas será o cumprimento de promessas feitas há mais de dez anos. Disse que uma indústria de cimento localizada na região encontra-se paralisada, à espera do início das obras prometidas.

Sessão especial vai comemorar Dia da Vitória

O Senado realizará hoje, às 18h30, sessão especial comemorativa do 50º aniversário da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial. O autor do requerimento, senador Romeu Tuma (PL-SP), disse que o objetivo principal da solenidade é reverenciar a memória dos milhões que tombaram naquele episódio da história, e em especial dos soldados brasileiros.

Tuma afirmou que o Dia da Vitória tem significado especial para o Brasil, "pois assinala nossa participação ativa e heróica nos campos da Europa, através da Força Expedicionária Brasileira. A cada ano comemoram-se os feitos dos soldados brasileiros naquele conflito, num preito de gratidão e civismo."

O senador ressaltou também a importância, para toda a humanidade, desta data "que recorda o triunfo da democracia sobre o jugo nazista".

Freitas Neto questiona o BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico vai mesmo direcionar seus empréstimos a projetos de infra-estrutura nas regiões de cerrados? Essa é uma das perguntas que o presidente do BNDES, Edmar Bacha, terá de responder ao Senado, a pedido do senador Freitas Neto (PFL-PI). O requerimento com as questões foi apresentado sexta-feira.

Freitas Neto quer ainda conhecer a distribuição, por regiões e por estados, dos financiamentos concedidos pelo nos últimos três anos. Conforme o senador, o BNDES deve contribuir para reduzir as desigualdades. Assim, ao se analisar a distribuição dos financiamentos, pode-se comprovar se o Banco vem agindo conforme a legislação, sem beneficiar regiões ou estados.

Hidrovia torna a soja competitiva

Carlos Patrocínio diz que nova solução de transportes facilitará o acesso de produtos do Centro-Oeste brasileiro aos mercados da Europa e da Ásia

A hidrovia Tocantins-Araguaia será a grande solução para os plantadores de soja do Centro-Oeste, permitindo que sua produção chegue aos mercados da Europa e da Ásia a preços competitivos. A opinião foi manifestada em plenário, pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), depois de comunicar que os governadores do Tocantins, de Goiás e de Mato Grosso do Sul lançaram na semana passada, em Cáceres (MT), a pedra funda-

mental da futura hidrovia.

Hoje, os cereais produzidos no Centro-Oeste têm de ser transportados até os portos de Santos e Paranaguá para que sejam exportados. A distância das áreas de produção até os portos de embarque tira a competitividade dos agricultores do Centro-Oeste, explicou Carlos Patrocínio. Com a hidrovia Tocantins-Araguaia, o escoamento será feito pelos terminais da região Norte - porto de Belém (PA) ou porto

de Carajás, no Maranhão -, reduzindo em mais de 2 mil quilômetros a distância que os navios devem percorrer até a entrega da soja na Europa ou na Ásia.

Carlos Patrocínio elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro dos Transportes, Odacir Klein, "pela clarividência e sensibilidade de alocarem recursos para a total desobstrução dos pontos críticos ao longo da hidrovia".



Carlos Patrocínio

Júlio Campos propõe criação de conselho curador para poupança

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei autorizando o Executivo a criar o Conselho Curador dos Recursos da Caderneta de Poupança, no âmbito do Ministério da Fazenda. O conselho será integrado pelo ministro da Fazenda e pelos ministros do Planejamento e do Trabalho, além do presidente da Caixa Econômica Federal e de representantes da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), construção civil, investidores em caderneta de poupança, beneficiários dos financiamentos com recursos da caderneta de poupança, governos estaduais e governos municipais.



Júlio Campos

de atuar como órgão deliberativo da política de aplicação dos recursos oriundos das cadernetas de poupança, definindo, inclusive, critérios de distribuição dos financiamentos em consonância com a política nacional de habitação.

Explica o senador que a cri-

ação de um conselho curador da poupança foi defendida pelo presidente da Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) no Estado do Rio de Janeiro, com base na constatação da pouca fluência dos recursos captados pelas cadernetas de poupança para o financiamento da produção e da comercialização de habitações.

Segundo Júlio Campos, a explicação comumente oferecida pelos agentes financeiros para tal atitude fundava-se na falta de definição de regras para o cálculo das prestações que permitissem ao mutuário a manutenção de níveis suportáveis de comprometimento de renda ao longo do contrato e, aos agentes financeiros, a efetiva amortização dos financiamentos.

Gilvam vê servidor desmotivado

Os baixos salários e a falta de incentivos e de cursos de reciclagem vêm desmotivando os servidores públicos a ponto de se perceber uma apatia geral no funcionalismo, afirmou o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele elogiou a iniciativa do ministro da Administração, Bresser Pereira, de implantar a médio prazo um plano de modernização do Serviço Público.

O objetivo do plano, conforme o senador, é valorizar o funcionário, "para que ele trabalhe com dignidade e ofereça à sociedade um serviço de melhor qualidade".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos

1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros

3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Luiz Alberto de Oliveira e Ney Suassuna

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho

Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.